



RELATÓRIO DE VIAGEM - IGF 2024

EUGÊNIO VARGAS GARCIA

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Fórum de Governança da Internet - IGF 2024

O 19º Fórum de Governança da Internet (IGF, na sigla em inglês), encontro global promovido anualmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) e considerado o mais importante na área, contou com ampla participação de representantes do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). O IGF 2024 foi realizado entre os dias 15 e 19 de dezembro em Riade, na Arábia Saudita, sob o tema "Construindo nosso futuro digital multissetorial". Ao todo, aproximadamente 300 sessões organizadas por diversas partes interessadas, de todo o mundo, discutiram uma variedade de questões sobre a Internet e o digital.

As atividades estiveram distribuídas entre 10 salas de workshops, uma sala de plenárias, um palco no espaço de estandes, além de um espaço que abrigou as Lightning Talks, premiações e sessões de networking. Pela primeira vez, o CGI.br e o NIC.br tiveram um estande no IGF. Além de servir como um ponto de encontro para a delegação, houve participação das diferentes áreas do NIC.br, que apresentaram iniciativas da entidade ao público do evento.

Participação em painéis

Além dos inúmeros painéis, oficinas, seminários e apresentações que assisti durante o IGF em Riade, participei como expositor em dois painéis específicos:

1- Seminário promovido pela China, organizado pelo Prof. Shenkuo Wu, no dia 16 de dezembro de 2024, sob o título "Governança global da ecologia digital e segurança digital: tomando a Convenção da ONU sobre Crimes Cibernéticos como exemplo". O texto completo da intervenção realizada durante o Seminário se encontra anexada ao final deste Relatório (original em inglês).

2- Fórum Aberto #39, organizado pelo CGI.br, no dia 18 de dezembro de 2024, sob o título "Abordagem multissetorial para regulamentação de plataformas no Brasil", durante o qual abordei a questão da soberania digital e a necessidade de as plataformas cumprirem as leis nacionais. O evento focou nos resultados de uma consulta pública sobre regulamentação de plataformas digitais que recebeu contribuições de várias partes

interessadas, abordou três eixos principais: quem regular, o que regular e como regular. Os principais tópicos discutidos incluíram definições de plataforma, mapeamento de riscos e modelos de governança para regulamentação. Palestrantes de diferentes setores forneceram insights sobre os resultados da consulta e os desafios regulatórios atuais. A perspectiva acadêmica destacou a importância de considerar plataformas de saúde digital em discussões sobre regulamentação. A sociedade civil enfatizou a urgência da regulamentação de plataformas para proteger a democracia e os direitos humanos, ao mesmo tempo em que mencionou iniciativas legislativas em andamento no Brasil. A perspectiva do setor privado, representada pela Meta, enfatizou as contribuições positivas das plataformas digitais para a economia e a sociedade, alertando contra o excesso de regulamentação que poderia sufocar esses benefícios. A discussão também abordou os debates atuais no Brasil, incluindo as possíveis mudanças no Marco Civil da Internet pelo Supremo Tribunal Federal. Os participantes concordaram sobre a importância de abordagens multissetoriais no desenvolvimento de regulamentações de plataforma. A consulta foi vista como uma contribuição valiosa para os debates em andamento, fornecendo uma visão geral abrangente de diferentes perspectivas sobre a regulamentação de plataforma. O Fórum Aberto concluiu com um apelo ao engajamento e diálogo contínuos entre todas as partes interessadas para abordar os desafios complexos de regulamentar plataformas digitais, equilibrando inovação, crescimento econômico e proteção de direitos e democracia.

Reuniões bilaterais e outras atividades

Foram mantidas reuniões bilaterais à margem do IGF com países selecionados e interlocutores relevantes para os debates que ocorriam durante o evento, em particular aqueles que o CGI e o governo brasileiro (Itamaraty) consideraram importantes para o aprofundamento das discussões. Foram realizados encontros desse tipo com os seguintes países: Reino Unido, Suíça, China, Canadá e África do Sul.

Também foi realizada uma visita da delegação brasileira, que organizei, à Organização para Cooperação Digital, com sede em Riade. Essa instituição é um organismo multilateral lançado em novembro de 2020, com o objetivo de permitir a prosperidade digital para todos, acelerando o crescimento sustentável e inclusivo da economia digital e facilitando a cooperação em resposta aos desafios dinâmicos da era digital. Criada para abordar os diversos aspectos do cenário digital, a Organização para Cooperação Digital busca incentivar a cooperação entre os Estados-Membros em áreas como inovação digital e governança, entre outras.

Avaliação geral

O futuro do IGF, particularmente à luz da próxima revisão do WSIS+20, foi um tema proeminente nas discussões. O próprio IGF foi criado como uma plataforma multissetorial para governança da internet, e o valor das abordagens multissetoriais para

governança foi reiterado ao longo dos anos. A importância da colaboração multissetorial na governança da internet também foi enfatizada este ano, com foco em questões como contribuições das partes interessadas, facilitação do diálogo e integração dos jovens. As discussões também exploraram a contribuição potencial das iniciativas nacionais, regionais e juvenis do IGF na formação do futuro do IGF pós-2025. Além disso, vários palestrantes pediram pensamento estratégico sobre os próximos 20 anos do IGF.

Uma série de sugestões para melhorar o IGF foi apresentada durante as discussões, como: fortalecer a capacidade do IGF de comunicar suas mensagens aos espaços de formulação de políticas relevantes e organizar e usar melhor a riqueza de informações dos IGFs anteriores. Junto com os apelos para o desenvolvimento de mecanismos para engajamento durante todo o ano e consultas anteriores, também houve apelos para tornar o IGF uma instituição permanente dentro do sistema da ONU.

Muitos também enfatizaram a necessidade de melhorar a sustentabilidade financeira do IGF. Também houve sugestões de que o fórum poderia (e deveria) servir como um veículo para facilitar a implementação do Pacto Digital Global (GDC) e contribuir para o processo de revisão do WSIS Plus 20.

O Pacto Digital Global (GDC), adotado em setembro de 2024, surgiu como um tema central em várias sessões. Este acordo histórico foi saudado como uma estrutura abrangente para abordar os desafios multifacetados da era digital, desde a redução de divisões digitais até a promoção de espaços digitais seguros e inclusivos. A importância das parcerias e colaboração das partes interessadas quando se trata de transpor os compromissos e apelos do GDC para ações reais, a necessidade de alocar recursos suficientes para atividades de acompanhamento, a complementaridade entre o GDC e as estruturas existentes como o WSIS e a necessidade de garantir o alinhamento entre elas estavam entre as questões levantadas.

A interação entre os processos da GDC e da WSIS surgiu em várias discussões. Houve reflexões sobre como a GDC se baseia no legado da WSIS e a necessidade de sinergias significativas entre a GDC e a WSIS foi destacada, com apelos para que o IGF sirva como um mecanismo flexível e contínuo para o engajamento das partes interessadas no tratamento de questões digitais críticas. Também houve sugestões para explorar a possibilidade de integrar os objetivos da GDC na estrutura existente da WSIS e para integrar o acompanhamento da GDC no processo de acompanhamento e revisão da WSIS.

Os debates relacionados à WSIS ressaltaram tanto as conquistas quanto os desafios na implementação das linhas de ação da WSIS e no espaço mais amplo de governança da internet. Uma mensagem que ouvimos nos dias anteriores foi reiterada: o modelo de governança multissetorial promovido durante a WSIS provou ser bem-sucedido e precisa ser preservado e fortalecido. Também houve vozes defendendo uma abordagem

equilibrada para a governança digital, combinando o engajamento multissetorial com uma participação governamental mais ativa na governança digital.

Uma mensagem forte que saiu de várias discussões foi a necessidade de traduzir estruturas globais de governança digital, como os documentos de resultados da WSIS e o GDC, em políticas acionáveis nos níveis nacional e local. A adoção de tais documentos no nível da ONU – embora seja uma conquista em si – precisa ser seguida por medidas e ações concretas se quisermos alcançar a visão de uma "sociedade da informação centrada nas pessoas, inclusiva e orientada para o desenvolvimento" (acordada na WSIS) e um "futuro digital inclusivo, aberto, sustentável, justo, seguro e protegido para todos" (delineado no GDC).

A necessidade de entender melhor as realidades e desafios digitais locais e regionais e levá-los em consideração nos processos globais de governança e cooperação digital foi destacada várias vezes. Também houve apelos para promover a colaboração e o alinhamento inter-regionais no enfrentamento dos desafios digitais, fortalecendo a coordenação e a representação regionais em debates globais e abordando as restrições de capacidade nos países em desenvolvimento.

ANEXO

Seminar hosted by China, organized by Prof. Shenkuo Wu, at IGF, December 16, 2024, Riyadh, Saudi Arabia

Title: Global governance of digital ecology and digital security: taking the UN Cybercrime Convention as an example

“Introductory remarks by Eugenio V. Garcia, CGI.br/Itamaraty

The global digital order today is in a state of turmoil, with numerous analyses highlighting the escalating competition among leading powers for technological supremacy. Geopolitical rivalry and fragmented fault lines have been posing significant challenges to the cohesion of a functional digital ecosystem, often obstructing the negotiation of diplomatic solutions at the international level. Unsustainable practices are fueling increasing inequality and could potentially jeopardize a green and digital future for all humanity.

Against this background, developing countries are not mere spectators but an integral part of this interconnected world that has been in danger of falling apart. The Global South, although neither a homogeneous group nor a single, unified voice in world affairs, is very much alive in political discourse by epitomizing common concerns in the developing world. These concerns cannot be ignored if technology is supposed to

contribute to the development of societies comprising the majority of the world's population.

In my view, a development-centered Tech Diplomacy can be instrumental to developing countries as they strive to make headway in these turbulent scenarios of growing disagreements on technological issues of critical importance. Most importantly, the Global South has a key role to play in helping build commonly accepted rules and minimum standards, through international cooperation and effective global governance, to prevent even more disturbing prospects in the near future, as in the case of the UN Cybercrime Convention.

Mindful of power asymmetries and exclusion risks, these countries can show that a "Tech Cold War" is not inevitable and should not shape decisions that are not aligned with their interests, views, and priorities.

Technology has become a central force shaping international relations, transforming how states interact, compete, and cooperate on the global stage. The rise of digital technologies has been redefining the nature of power by enabling states to project influence beyond traditional military and economic means, as well as advancing new forms of soft power, such as information warfare and digital diplomacy. But this digital landscape has also introduced more vulnerabilities, with cybersecurity threats (including cybercrime) becoming a significant concern for national security. States are increasingly using cyber tools to gain strategic advantages, whether by hacking into critical infrastructure, spying each other, or interfering in other countries' political processes. As a result, technology is not just an enabler of speedy interactions, but also a domain in which global power struggles are increasingly played out.

International politics is linked to its technical-social character. Also, technology is socially constructed and thereby not entirely neutral or impartial. Diplomacy, as it turns out, is embedded in the socioeconomic environment to which it belongs. It is influenced and shaped by the changes brought about by technology.

Human existence cannot be separated from its natural environment, the biosphere. By the same token, it is extremely hard to understand modern life without reflecting on how societies are deeply connected to the digital world, which we can call the "technosphere", comprising all technological production developed by Homo sapiens.

Connectivity is one of the intrinsic elements underpinning international relations in the 21st century, blurring the traditional boundaries between the physical, biological, and digital world, not to mention geographical borders and territories. Disconnecting from the Internet and rebuffing the digitalization of the economy have become more impractical every day. That's why we need both global governance and digital security.

A tech-driven geopolitical landscape has been a defining feature of contemporary world politics. At this moment, a decentralized, multilayered governance complex prevails in today's globalized digital ecosystem. Disagreements among leading players are placing additional strain on current efforts to prevent further fragmentation and unconstrained competition. Polarization can potentially deepen existing divisions among countries, companies, and other players.

A new "Tech Cold War", combined with signs of an impending process of deglobalization and rising protectionism, may overturn the global interconnectedness that has been the norm over recent decades. The far-reaching consequences of this scenario may include the fragmentation of the global digital landscape, a bifurcation of global supply chains, and the emergence of competing technological spheres of influence.

This struggle for global technological supremacy seems to dominate many ongoing discussions on Tech Diplomacy, both in academia and diplomatic circles. This is a recurrent view in many Northern Hemisphere outlets, but one may wonder to what extent the social, economic, or technological priorities of developing countries are met in this context of a race to the bottom among the leading competitors.

It is relevant to ask whether, from the perspective of the Global South, a trend toward worsening rivalry will have a positive or negative impact on the development needs of most countries. Developing countries may either agree or disagree on mainstream interpretations, but the shape and design of their foreign policies should be guided, first and foremost, by their own assessment of what is at stake and what to do about it.

If Tech Diplomacy is supposed to go global, it can no longer be confined to a single-minded approach of opposing blocs separating groups of countries. It should necessarily incorporate other views from a diverse, heterogeneous set of perspectives from across the world. And for Tech Diplomacy to be truly global, all interested parties should be engaged more systematically and have their say.

The current multilayered digital governance complex, threatened by fragmentation and other pitfalls, is sometimes at odds with the idea of exploring alternatives under the auspices of the United Nations. But digital agreements among like-minded countries are unlikely to become global frameworks if they fail to consider the interests, needs, and demands of non-like-minded countries. Greater international cooperation is badly needed. Co-governance of the digital world requires participation, consent, and frameworks discussed with non-like-minded countries as well. The UN Cybercrime Convention was an example of multilateral negotiations that were able to reach a concrete outcome despite skepticism from some quarters.

Technology should be beneficial for everyone, everywhere, respecting the rich cultural diversity of the world's population and the local needs of different societies across the

globe. Developing countries can play a pivotal role in promoting further dialogue and bridging the gap between technologists (developers, engineers, experts from private companies) and policymakers (leaders, politicians, diplomats, governmental officials, parliamentarians) to create opportunities for interconnection between these two worlds, with special regard to policymaking in the digital domain.

Global tech policymaking demands responsible strategies to prevent disturbing scenarios, build commonly accepted rules and minimum standards, and foster international cooperation to avoid strategic uncertainty. Predictability by means of norm-setting is in everyone's interest. Effective global governance means that international issues are to be addressed in good faith by all interested parties, following procedures commonly agreed upon to uphold the rule of law and fairness.

Tech for Good is the only way to ensure that technology is developed and utilized not for exploitation or to divide and conquer, but to search for common solutions as we try to solve the many intractable problems humanity faces. Unless we take the concerns of the majority of the world's population seriously, reaping the rewards of the technological revolution will be a privilege confined to a minority, or worse still, controlled by a few hands.

Thank you."

REGISTRO FOTOGRÁFICO











